



REDACÇÃO PRINCIPAL  
**ALEXANDRE VIEIRA**  
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho  
EDITOR — JOAQUIM CARDOSO

Redacção, administração e tipografia, Calçada do Cambro, 28-A, 2.º  
Lisboa — PORTUGAL

Endereço telegráfico: Talha-Lisboa e Telefone 5339 C.

Officinas de impressão — Rua da Atalaia, 114 e 116

## A LOUCURA DOS DIRIGENTES

Os efeitos da guerra irradiam em todos os sentidos e prendem-se uns aos outros, com uma complexidade e uma solidariedade que as mais das vezes não se quer ver. Um desses efeitos é a loucura geral, de que a maior parte dos seres humanos foram atingidos em graus diversos. A guerra produziu este efeito por múltiplas razões: criação de uma atmosfera microbiana engendrada por milhões de ferimentos e pelo enfraquecimento geral dos organismos humanos, enfraquecimento devido à monotonia e à insuficiência, em qualidade e em quantidade, da alimentação, à tensão nervosa que todos sofreram até ao esgotamento. Produziu-se uma modificação íntima e generalizada do estado químico do organismo. Sabe-se como é importante o papel que representa este estado químico. Pode dizer-se que é nele que reside toda a vida dos seres. O curioso que quer a certificação se disso, leia o volume tam cheio de pontos de vista originais, em o livro, ainda mais profundo, que ele escreveu, de colaboração com a dr.ª Ana Drzewina, sobre «A química e a vida».

As consequências das modificações químicas, dos humores e dos tecidos humanos são numerosas: epidemias várias, criminalidade acrescida, tanto a filha da violência, como a gerada na astúcia, emotividade e hiper-actividade, paixões, sentimentos obnubilando as faculdades do raciocínio. Deste conjunto resultou um estado de loucura, que atinge as classes dirigentes em grau mais alto do que as classes dirigidas. Estas são dotadas, em geral, de um sistema nervoso um pouco menos excitável e sensível que o das classes dirigidas, por virtude precisamente do seu modo de vida, que se afasta das condições da natureza menos do que as da vida dos ricos e poderosos. Por isso as massas dirigidas possuem no seu conjunto um instinto dos seus interesses individuais, um bom senso natural, que não tem as classes dirigentes. Estas são as primeiras, vítimas do seu modo de vida contrário à natureza, cuja grande lição é: solidariedade, igualdade, liberdade dos seres vivos. Na natureza, tudo é estritamente condicionado e determinado. Os seres, pois, sofrem sempre as consequências do seu modo de vida. Resulta disso que os dirigentes têm uma real hipertrofia da sua cerebralidade, por mor do seu hábito de exercer o poder. Deixam de ser aptos para ver a realidade, para raciocinar. Estão atingidos de «cegaridade», como dizia o prof. Lacaze, falando de alguns deles. Estão embrutecidos, como escrevem Kant e Frederico Nietzsche.

As condições modificadoras do quimismo individual criadas pela guerra e pelo estado económico-político que se lhe seguiu, actuaram com força sobre a cerebralidade já hipertrofiada dos dirigentes e produziram esse estado de loucura intensa generalizada, de que o observador constata as numerosas manifestações variadas, de tanto detrimento para os dirigidos e para os próprios dirigentes.

Os encarnamentos dos acontecimentos destes últimos anos, somos levados a constatar que os actos dos dirigentes são diametralmente opostos ao seu próprio interesse. Os dirigentes têm um medo enorme da revolução e preparam-na com um cuidado extremo. Faremos tudo para que ela rebente e a sua cegueira é tal que não tem consciência disso. Dir-se-ia que toda a história é para eles uma lição morta. Hegel tinha razão quando escrevia que o ensinamento da história é que a história não ensina coisa alguma. De facto, eles repetem piamente os erros cometidos no curso das idades, como se gerações de professores nas universidades e colégios e trechos de livros não os houvessem mostrado. Em França, recomenciam as imbecis perseguições por delitos de opinião e imaginam um processo cujo desenrolar convide a mais feroz libertário, como o mais moderado dos homens, a aderir à Internacional Comunista, só para afirmar o seu direito de pensar livremente e de livremente exercer o seu pensamento. Na Grã-Bretanha recomenciam, agravando-os, os actos inomináveis dos exércitos e dirigentes alemães durante a guerra: incendiar e pilhagens, por ordem; reféns, que não têm culpa alguma; fusilamentos de prisioneiros, após caricaturas de julgamentos, etc. Nada falta. Para o vulgo, é a cópia servil do terrorismo alemão; para o pensador, é o produto inevitável da detenção do poder pelos militares profissionais. Estes tem sido e são os mesmos, no tempo e no espaço. Não mudam de natureza e não podem mudar. E esta é a razão profunda pela qual é preciso destruir o militarismo por meio do desarmamento completo e universal. Os governantes britânicos, assim como os de França e doutros países, proclamaram o direito dos povos a serem os senhores dos seus destinos. E todos os seus actos, em relação à Irlanda, ao Egipto e à Índia, vão de encontro às suas declarações!

Em toda a parte os dirigentes se tornaram da loucura da repressão. Matam ou antes mandam matar por si próprios, prendem e condenam os ingénuos que tendo tido por sinceras as declarações governamentais, querem que elas se executem. Na Espanha, na Itália, na Hungria, na Alemanha e na Finlândia o espectáculo é o mesmo. E na França, na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos, no Brasil também, ainda que a grau de repressão seja um pouco menor. Há bastantes anos que o mundo não assistia a semelhante reacção. Julgam os capitalistas defender-se por esse modo? Se eles raciocinassem, em vez de procederem como loucos, veriam que não faziam mais do que lançar azeite no fogo que lava o solapado, crepitando aqui e ali. Em suma repetem o procedimento dos capitalistas alemães no desencadear e no decorrer da guerra mundial, e caminham como eles para a ruína.

No universo, a solidariedade é a lei da natureza. Tudo se liga estreitamente, se encadeia, se mistura. E os dirigentes, na sua arrogância, procuram romper essa solidariedade. Pobres infelizes pigmeus! Levantam barreiras entre os povos, mantêm os passaportes, reforçam o proteccionismo, e isto com um único fim: defender a sua exploração, conservar e aumentar as suas riquezas. São incapazes de ver que todas estas medidas tem como resultado o seu empobrecimento, porque dão origem a uma redução do consumo e portanto a uma redução da produção e ao descontentamento crescente das massas dirigidas.

A política financeira dos dirigentes está à altura da sua política comercial e industrial. Por toda a parte estão aumentando a circulação fiduciária. Entre a situação fiduciária da Rússia soviética e a da França só há diferenças de grau, porque só há uma diferença de quantidade no número das notas em circulação. Simplesmente, ao passo que para o comunismo é boa a depreciação da moeda, para o capitalismo é má. O aumento de papel dá aos capitalistas a ilusão do aumento das riquezas. Tornaram-se tam insensatos que nem já sabem que a riqueza se mede pelas quantidades dos produtos do solo e do sub-solo e das manufacturas. Fabricando notas de banco, julgam fabricar riqueza, quando apenas fabricam pobreza. Recorrem ao empréstimo de jacto contínuo para cobrirem o deficit e não fazem senão aumentá-lo! Ainda não perceberam que para o extinguir é necessário ou anular as dívidas ou recorrer à conscrição do capital dos capitalistas.

A loucura inerente dos dirigentes é tam geral que atingiu os próprios dirigentes holvéticos. Querem estes com efeito precipitar a revolução mundial e, pelo seu autoritarismo, retardam-na um pouco, pois que dividem as massas proletárias e opõem as frações umas às outras. Querem unificar onde é preciso unir. Querem coordenar e reger os povos, em vez de os deixarem actuar em liberdade e de se limitarem a instruí-los e aconselhá-los.

Os dirigentes britânicos, norte-americanos e japoneses correm atrás da hegemonia mundial ou asiática. E querem alcançá-la a fogo e ferro. Isso dá satisfação aos seus estóios, os militares profissionais, que vivem do assassinio, do incendio e da pilagem! Mas ao mesmo tempo arruina os dirigentes, porque destrói as suas próprias riquezas, as produções da terra, para as substituir por papel sem valor!

A loucura dos dirigentes aparece em todo o seu esplendor, quando se considera o Tratado de Versalhes. Este é inexistível, mesmo admitido o emprego da violência, por qualquer modo. Demonstrarei-o em um dos meus livros. E os infelizes dirigentes aliados esforcam-se em fazê-lo executar! Esbarram com impossibilidades, que os dirigentes alemães, em vez de fazerem valer, se cansam a dissimular com as suas fanfarronadas e pelos seus actos. Todos, dirigentes aliados e dirigentes alemães, querem evitar a revolução e os seus actos fabricam revolução aos milhares. Estes, para a fazerem, encontram uma grossa dificuldade: a falta de armas nas mãos. Os dirigentes vão dar-lhas por meio da mobilização. Esqueceram que a revolução russa facilmente venceu em Março e em Outubro de 1917 porque o povo russo estava armado; que o kaiser foi expulso em 1918 porque o povo alemão estava armado.

Na verdade, tudo o que se passa de alguns anos para cá, mostra a grande loucura dos dirigentes. E naturalmente esta loucura traz para os dirigidos e os mesmos dirigentes danos e sofrimentos múltiplos e variados. Quando o compreenderão as massas operárias das cidades e dos campos? E havendo-o compreendido, é para desejar que então se recordem desta moralidade de uma fábula de La Fontaine:

«Se tens interesse na questão  
«Não a trates por procuração»  
e que executem os seus propósitos por si mesmos.

5 de Março de 1921.

Augusto Hamon.

EM VOLTA DUMA CARTA

## Protestos contra quê?

Uma nota da U. S. O.

Deu ontem *A Batalha* ligeira notícia do que na véspera se passou no quartel de sapadores dos caminhos de ferro, na ocasião em que o respectivo comandante sr. Raúl Esteves, botou fala às praças que fizera reunir, e reproduzindo a informação, que por alguém que ao acto assistiu nos foi transmitida, concluiu-se por dizer que aquele senhor intimara os seus subordinados a desmentir, dentro de 24 horas, a carta que viera na imprensa, isto é, na *Batalha* e na *Imprensa de Lisboa*.

O caso presta-se a interessantes deduções, que a falta de espaço não permite façamos hoje. Mas se não nos é possível desenvolver os nossos raciocínios, acentuaremos que é singular que o sr. Raúl Esteves pretenda que seja desmentida uma carta que poderá pecar apenas por encerrar afirmações anti-monárquicas, uma vez que dela resulta um ardente espírito republicano, nada contendo, em nosso critério, que justamente possa levar a criação de sentimentos também republicanos a formular protestos.

Que *A Época* se mostre indignada ante tal carta compreende-se, porque é francamente reaccionária; e que leve também o seu espírito de facção a insinuar que inventámos essa carta não nos surpreende, porque talvez ela fosse capaz de o fazer.

O caso é que no nosso colga *A Imprensa de Lisboa* insinua ontem uma carta, assinada por seis cabos e dois soldados, em que os seus signatários, falando em nome dos respectivos colegas do batalhão, também protestavam contra a carta que nós e o referido confrade nosso publicámos, o que continuamos a considerar muito curioso, por razões idênticas às anteriormente expostas.

Nós já sabíamos que a referida carta de protesto havia de aparecer, porquanto do quartel de sapadores dos caminhos de ferro nos haviam chegado informações de que se trabalhava nesse sentido, tendo-se salientado nesse trabalho, segundo nos comunicaram os nossos informadores, o sargento conhecido por Gosma.

Conhecemos muito bem o significado de manifestações tam... espontâneas.

## A atitude da União dos Sindicatos Operários

Deste organismo recebemos a seguinte nota:

Já de há muito que este organismo tem seguido com atenção as constantes ameaças que vêm sendo dirigidas ao órgão dos trabalhadores, *A Batalha* e seus redactores. O sr. Esteves não tem hesitado em protestar energico não é por cobardia mas sim da esperança de que os governantes desta democracia republicana respeitem a liberdade de pensamento e de liberdade de imprensa, e também com o propósito de evitar conflitos, que não desejamos.

Temos constatado, porém, que todos os governos mantêm uma atitude, sendo de incitação, pelo menos da inexplicável silêncio perante os constantes ataques à imprensa operária, silêncio esse que denota a que alguns oficiais do Batalhão de Sapadores dos Caminhos de Ferro, tendo em pouca atenção os seus próprios e a sua farda, assim como o respeito que devem aos seus pais, não tem a menor hesitação em dirigir-se a um jornal que é mantido por operários, em altitudes pouco correctas, ameaçando-embora veladamente—os seus redactores, talvez com um assalto, caso não mudasse de orientação.

Pois bem. Em face da pouca consideração que aos governantes merece a nossa imprensa, esta União protesta energicamente contra o sucedido e resolve chamar a atenção dos trabalhadores para esta infâmia, e caso as ameaças sejam postas em prática decidimos no governo a responsabilidade do que possa suceder.

## Congresso Metalúrgico

Inicia hoje, em Tomar, os seus trabalhos

Inicia hoje, como temos dito, os seus trabalhos, o Congresso Nacional Metalúrgico. Da importância deste congresso já ontem falámos largamente.

Cerca de quarenta delegados começaram hoje a discussão de várias teses que farão entrar a organização metalúrgica num caminho novo, talvez mais árduo de percorrer, mas que mais nos aproximará a todos do almejado fim—transformação radical da sociedade presente.

Assistirá ao Congresso um enviado especial de *A Batalha*, que nos enviara dia a dia notas, tam detalhadas quanto possível, que porão os leitores ao corrente de tam importante acontecimento operário.

Estamos convencidos de que os delegados que o operariado da metalurgia escolheu empregarão os seus melhores esforços para que dos trabalhos em Tomar realizados resulte qualquer coisa de prático, que venha beneficiar a organização em geral e a daquela indústria em especial.

E' com as melhores esperanças num futuro melhor que *A Batalha* saúda efusivamente o Congresso.

## Arte Coimbra

E' amanhã definitivamente encerrada esta interessante exposição com uma conferência do ilustre professor da Escola de Belas Artes, sr. D. José Pessanha.

Por esse motivo a Sociedade de Indústrias Regionais Decorativas conservará abertas ao público durante todo o dia a hora as suas salas.

A QUESTÃO DO INQUILINATO

## A atitude do C. G. T.

O Conselho Jurídico apresentou ao Conselho Confederal um parecer sobre o assunto

Porque o problema do inquilinato se agrava extraordinariamente de dia para dia, o Conselho Confederal da C. G. T. incumbiu o Conselho Jurídico de apresentar o seu parecer acerca do projecto de lei do inquilinato.

Esse parecer, que abaixo publicamos, foi lido na última reunião do Conselho Confederal.

O parecer do Conselho Jurídico é a condenação formal do projecto de lei, verdadeiro aborto com que se pretende normalizar uma situação que demanda inteligência e um pouco de audácia para se resolver.

As medidas que poderão atenuar bastante esta situação miserável em que o inquilino se encontra conhecem-se os governantes perfeitamente. Só um receio, chamemos-lhe receio, bastante estranho, da força dos senhores, justifica a forma dúbia como o diploma está feito.

Oxalá os governantes e o parlamento leiam o parecer do Conselho Jurídico e verifiquem de que lado está a razão.

Eis o parecer que o Conselho Confederal votou:

Encarregado pela C. G. T. o Conselho Jurídico de dar um parecer sobre a proposta de lei do inquilinato recentemente apresentada ao parlamento, vem desumilhar-se dessa missão, convencido de que alguns elementos levarão a organização operária portuguesa para sobre ela se pronunciarem a sua presença traçar o caminho a seguir.

Evidentemente que não vai o Conselho Jurídico da C. G. T. divergir agora teoricamente sobre o problema da habitação, desenvolvendo pontos de vista sobre a legitimidade ou ilegitimidade da propriedade individual—embora não possa absolutamente desprender-se da ideia do domínio de cada uma das partes da habitação—para uma cada vez maior restrição dos direitos do proprietário (neste caso, do senhorio) e para uma consequente ampliação dos direitos do consumidor (neste caso, do inquilino).

Não vai também o Conselho Jurídico da C. G. T. fazer um comentário completo a todas as disposições da proposta de lei. Nesta proposta de lei—como nas leis anteriores—há matéria que ao operariado não interessa, e que a este respeito o Conselho Jurídico se reserva a algumas disposições do inquilinato de habitação; e, entre estas, destacamos aquelas que mais interesse merecem, que são as seguintes:

1.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

2.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

3.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

4.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

5.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

6.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

7.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

8.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

9.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

10.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

11.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

12.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

13.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

14.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

15.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

16.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

17.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

18.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

19.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

20.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

21.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

22.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

23.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

24.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

25.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

26.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

27.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

28.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

29.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

30.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

31.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

32.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

33.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

34.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

35.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

36.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

37.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

38.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

39.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

40.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

41.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

42.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

43.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

44.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

45.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

46.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

47.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

48.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

49.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

50.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

51.ª — A proposta de lei não deixa de ser, em termos de princípio, uma proposta de lei que visa a melhoria das condições de habitação, e não a melhoria das condições de trabalho.

UM BENEMÉRITO DA PÁTRIA

## O grande Liberato

Abreviada resenha das suas façanhas

Como segundos outorgantes a senhora Dona Maria Augusta Sapico Ribeiro Pinto, casada, doméstica, moradora na Avenida Duque de Loulé número cento e nove e seu marido senhor Liberato Damiano Ribeiro Pinto, oficial do exército e morador com a outorgante.

São todos os outorgantes pessoas cuja identidade reconhecemos.

Pelo primeiro outorgante foi dito: Que, proveniente de transacção que realizou, ficou a dever à segunda outorgante a quantia certa de vinte e cinco mil escudos.

Que, pela presente escritura, pois, se confiasse a reconhecido devedor a mesma segunda outorgante a referida quantia de vinte e cinco mil escudos.

Que por este seu crédito não poderá a segunda outorgante exigir juros nem outra qualquer retribuição.

Que o pagamento desta dívida só é exigível quando o primeiro outorgante receber integralmente a importância de cinco mil e trezentos escudos que o Estado português lhe deve, de fornecimentos feitos na Província de Moçambique, no ano de mil novecentos e dezanove, a expedição do comando do tenente coronel Moura Mendes.

Que, deixando o Estado português de pagar na íntegra aquela importância referida, também a dívida dele primeiro outorgante será reduzida segundo uma proporção, cujos termos são os seguintes: a quantia que, efectivamente, o Estado pagar está para a importância que a segunda outorgante tem de receber, assim como cinquenta e três centos está para vinte e cinco centos.

Pela segunda outorgante foi dito: Que aceita a confissão de dívida nos precedentes termos e com todas as cláusulas pelo primeiro outorgante estipuladas.

Pelo segundo outorgante marido foi dito: Que autoriza sua mulher a outorga do presente contrato.

Assim disseram o outorgante perante os testemunhas senhores Fernando Gonçalves Ribeiro, casado, comerciante, morador na rua Fernão Lopes, número nove e Alberto Moura Queiroz, casado, empregado no comércio e morador no Bairro Ermita, rua Aletas J. G. terceiro andar, que vão assinar esta escritura com os outorgantes de dois de perante todos eles ter sido lida em voz alta por mim notário ajudante.

Leva selos no valor de vinte escudos e vinte e cinco centavos.

Reza assim o contrato, segundo o valor de vinte e cinco escudos e cinquenta centavos. Total vinte e nove escudos e dez centavos.

Cristó Crifófilos, Maria Augusta Sapico Ribeiro Pinto, Liberato Damiano Ribeiro Pinto, Fernando Gonçalves Ribeiro, Alberto Moura Queiroz.

Mário de Vasconcelos, notário ajudante. Tam coladas e devidamente inutilizadas estampilhas fiscais, etc., etc. Mário de Vasconcelos.

Da acusação tremenda, esmagadora, que a existência desta escritura constitui, pretende Liberato defender-se publicamente por meio dum requerimento que vários jornais inseriram na passada quarta-feira. Essa defesa gira toda em volta deste paupérrimo argumento:

Nunca ao requerente podia ter passado pela ideia que alguém viria um dia a fazer-lhe a acusação despresivelmente ridícula de que querendo contrariar a forma menos correcta para o pagamento de uma dívida do Estado, tivera o disparatado cuidado de fazer constar de escritura pública semelhante propósito.

Como se explica então que um particular relacione tam intimamente o pagamento dum quantia que lhe devem com a liquidação dum dívida do Estado? Tam intimamente que se o Estado pagasse apenas metade da quantia devida o credor particular receberia também apenas metade da quantia que tinha direito a receber? Não se prova aqui a sriedade que, aceitando o credor particular tam extranhas condições de pagamento dispunha de certa influência nas repartições do Estado e estava firmemente disposto a aproveitar-se dela?

Do sr. Liberato nada nos espanta. Basta que nos lembremos da sua atitude no caso Alfredo da Silva, basta que o saibamos relacionado com o grupo dos Treze para o supomos capaz de tudo. A ele e aos que com ele se solidarizaram no incidente agora em liquidação.

Como primeiro outorgante o senhor Cristó Crifófilos, maior, comerciante, morador na rua Marechal Saldanha número dois, e;

Como primeiro outorgante o senhor Cristó Crifófilos, maior, comerciante, morador na rua Marechal Saldanha número dois, e;

Como primeiro outorgante o senhor Cristó Crifófilos, maior, comerciante, morador na rua Marechal Saldanha número dois, e;

Como primeiro outorgante o senhor Cristó Crifófilos, maior, comerciante, morador na rua Marechal Saldanha número dois, e;

Como primeiro outorgante o senhor Cristó Crifófilos, maior, comerciante, morador na rua Marechal Saldanha número dois, e;

Como primeiro outorgante o senhor Cristó Crifófilos, maior, comerciante, morador na rua Marechal Saldanha número dois, e;

Como primeiro outorgante o senhor Cristó Crifófilos, maior, comerciante, morador na rua Marechal Saldanha número dois, e;

Como primeiro outorgante o senhor Cristó Crifófilos, maior, comerciante, morador na rua Marechal Saldanha número dois, e;

Como primeiro outorgante o senhor Cristó Crifófilos, maior, comerciante,



**EDEN-TEATRO**  
**HOJE-A maravilhosa revista-HOJE**

mara Municipal, declara que viu no Campo dos Mártires da Pátria, três indivíduos altercando, um mais alto, outro mais baixo e um polícia. Ouvia um dos civis que soube ser o agente Costa, dizer para Manuel Ramos:

—Manuel, não me mates!  
O civico fugiu, ouvindo-se depois o estampido da bomba. Diz que o agente Costa, que caiu, levantou-se para perseguir Manuel Ramos, mas caiu novamente, por se encontrar ferido. Afirmou ainda que o indivíduo que deu o tiro, arremessou a bomba.

O defensor salienta a contradição entre as declarações desta testemunha com as de outras que afirmam ser o grupo constituído por três civis e um polícia. A testemunha declara que, quando do acontecimento, estava a trabalhar junto à estátua de Sousa Martins.

Instada a defender, diz que não pode afirmar se foi Manuel Ramos quem arremessou a bomba, mas viu que, quem deu o tiro arremessou um objecto que a seguir explodiu.

Clara Maria, casada, doméstica, declara que ouviu o estampido e diz a várias pessoas que fôra o Ramos que arremessara a bomba.

—Eu já sou conhecido em Portugal pelo *bombista*. Nesta sociedade sou considerado uma fera—declara o réu.

O guarda capor declara que nada sabe e não pôde adiantar mais do que afirmou no auto de captura.

Seguem-se as testemunhas de defesa João Dias, que pouco esclarece e José da Silva Clemente, construtor civil, que declara ter visto fugir um indivíduo e a capta alentejana para o lado da Morgue e um outro de samarra. Um seu filho menor, que o acompanhara desde o hospital, é que viu o indivíduo de samarra arremessar uma bomba. Sendo esta testemunha acareada com Domingos Maria, uma outra manteve as suas declarações.

Américo Passos Pereira, como espectador na audiência antecedente, declara ter ouvido o agente capor afirmar que o réu havia de ser condenado e que faria todo o possível para esse fim.

Procedendo-se à leitura dos autos, Manuel Ramos exclama:

—A testemunha Domingos Maria, estando a 300 metros, não podia ver bem quem atirou a bomba!

Usa então da palavra o dr. Alexandrino de Albuquerque, defensor, o qual, depois de manifestar a sua consideração pelos componentes do tribunal, um dos quais foi seu discípulo, constata que se respira uma atmosfera pesada, num ambiente apavorante!

Os homens que compõem este tribunal não têm culpa nenhuma nesta prisão. Tem a maior consideração pelos representantes da imprensa, mas entendem que ela não devia julgar por vezes precipitadamente pseudos criminosos. Se a dor é grande pela morte de uma criatura, não será também grande a dor pela condenação de um inocente?

Como é que o jardineiro viu a 300 metros arremessar uma bomba e presenciou tam bem os factos, tendo a serenidade para continuar o seu trabalho?

Qual o motivo por que Manuel Ramos nega um crime e confessa outro quando não sabia ainda este tribunal quando foi preso? Estranha que, havendo no caso uma terceira pessoa, a polícia não investigasse devidamente, afirmando a responsabilidade para o tribunal.

Que valor jurídico terá o depoimento de um civico que, quando do acontecimento, fugiu espavorido?

O tribunal cavará a ruína da sociedade condenando o seu constituinte, que julga inocente, radicando no seu espírito o ódio contra ela.

Mas o tribunal pouco se importou, como se vai ver, com o ódio que lhe podiam votar.

**Julgamento de José Maria Almeida**

Procede-se depois ao julgamento do segundo réu, José Maria Almeida. depondo as testemunhas que não fazem prova suficiente da acusação.

O defensor, dr. Sobral de Campos, alude à formação do tribunal especial em França para o julgamento dos comunistas, mas por acusações mais graves que os julgados no tribunal português.

Fala do incremento das ideias socialistas, apesar das medidas de repressão das duas repúblicas burguesas.

No julgamento dos implicados num *complot comunista*, em França, um jurado exclamou:

—Este tribunal é indigno da França!

E os réus foram absolvidos. A detenção de explosivos, no caso presente, não se justifica, motivo porque os senhores juizes não podem deixar de absolver o réu, atendendo à sua inculpabilidade.

Em seguida a audiência é interrompida. Decorre algum tempo de ansiedade. A maioria das pessoas, pode dizer-se, esperava a absolvição para os dois acusados.

Uma vez reaberta a audiência, verifica-se que José Maria Almeida é absolvido e Manuel Ramos condenado, devendo ser entregue ao governo.

Condenado apesar da insuficiência das declarações das testemunhas de acusação! Os indivíduos com cara de polícia que por lá vimos ficaram muito contentes.

Enfim (que há de fazer um tribunal especial, senão condenar?)

**AS GREVES**
**Cocheiros de Sintra**

Declararam-se em greve os cocheiros de Sintra, por não serem atendidos na sua reclamação de aumento de salário.

Os patrões estão intransigentes, esperando-se que os cocheiros de Lisboa ou de outras localidades não vão trair os seus camaradas dali.

Aqueles trabalhadores vão organizar o seu sindicato profissional.

**TRINDADE**

S. T. Ld.  
**Empreza Taveira**  
 Telefone 99 Central

2.ª representação da mais bela da mais encantadora, da mais deliciosa e da mais linda peça

**HOJE O EMIGRADO HOJE**

**Vida Sindical**
**COMUNICAÇÕES**

**Federação Marítima.**—Esta Federação entrou em sessão o sr. Bernardino Machado sobre a crise de trabalho dos fragateiros do porto de Lisboa.

A Federação deliberou enviar circulares às associações federais para que contribuíam monetariamente para os trabalhadores dos jornais em greve.

**S. U. da Construção Civil.**—Secção profissional dos Serenos de Pedreiro.—Reuniu em sessão geral, o comitê de delegados; a comissão de melhoramentos, o camarada Alexandre de Assis, e a comissão profissional, os camaradas Guilherme Curto, António Ferreira Neto e Joaquim de Oliveira.

Na ordem dos trabalhos apresentaram-se os estatutos do Sindicato Único da Construção Civil, sendo discutidos por vários camaradas e por fim aprovados.

**Secção de Palma.**—Reuniu a comissão administrativa, que deliberou convidar um delegado por classes que trabalham nas comanditas do Bairro Social do Arco do Cego, para se trocarem impressões acerca de um caso urgente, devendo estar junto a esta secção amanhã, pelas 21 horas. Participa que já se fez a cobrança da área e Santa Ana, continuando todos os domingos. Pedem-se a todos os sócios que trabalhem no novo manicópio para vir dar o seu nome nesta secção, onde se acha aberta a inscrição das 21 às 23 horas, mudados das suas cadernetas profissionais.

**Grupo Dramático Luz e Progresso.**—Reuniu a comissão geral deste sindicato, tendo-se apreciado diverso expediente. Antes da ordem dos trabalhos apresentaram-se a acção desempenhada pela U. S. O. de Lisboa e tendo falado sobre o assunto vários camaradas, foi presente pelo delegado deste organismo aquela União o relatório da sua delegação referente a 1920. Devido ao adiamento da hora foi a assembleia suspensa, para prosseguir na próxima semana.

**Marinheiros e moços da marinha mercante.**—Na assembleia geral de 28 de Março foi eleito delegado o camarada José Augusto dos Reis, para o qual espera a colectividade todas as facilidades da parte das companhias de navegação em todos os assuntos em que o mesmo tenha que intervir.

**Operários alfaiates.**—Reuniu ontem o Conselho Técnico e de Melhoramentos, tendo entre os assuntos tratados a distribuição da electricidade na sede, e discussão o projecto de regulamento do Conselho Técnico, a apresentar à assembleia geral amanhã.

**CONVOCAÇÕES**

**Federação da Construção Civil.**—

Reúne hoje, pelas 20 horas, o conselho geral para tratar dum assunto urgente.

**Operários Alfaiates.**—Realiza-se amanhã a assembleia geral deste sindicato com a seguinte ordem de trabalhos:

1.ª Votação da circular n.º 1 da U. S. O.; 2.ª Apreciação do parecer da direcção sobre a circular n.º 10 da C. G. T.; 3.ª Discussão dos regulamentos do conselho técnico e oficinas sindicais.

**Construtores de macadam.**—Reúne hoje a assembleia geral, pelas 15 horas, para apresentação do parecer da direcção e conselho de melhoramentos para o corrente ano.

**Profissionais culinários.**—Para tratar de assuntos de grande importância para a classe, reúnem amanhã em sessão magna, todos os sócios e não sócios.

**Sociedades de Recreio**

**Academia Recreativa de Lisboa.**—Na sede desta sociedade, rua do Socorro, realiza-se hoje, às 14 horas, uma manifestação movida por uma comissão de amadores da canção nacional, em homenagem ao poeta operário Manuel Soares (Intendente). No espectáculo tomam parte os melhores cantores da canção nacional, distintos guitarristas e duas cantoras. O homenageado cantará uma canção alusiva ao acto.

**Sociedade Musical Alunos de Alves Rente.**—Continuação das festas do 50.º aniversário com alvorada às 8 horas, sessão solene às 16 horas, com oferta com estandarte por uma comissão de senhoras. Às 18 horas de canção musical de Maria do Carmo, Musical 1.ª de Janeiro e às 21 horas de canção musical de Maria do Carmo.

**Grupo Dramático Luz e Progresso.**—Hoje, espectáculo em benefício dum chique de família que se encontra em precárias circunstâncias. Representa-se drama em 3 actos *O bombeiro municipal* e a comédia *Pouca Vergonha*.

**Grupo Dramático Lisbonense.**—Às 21 horas, sessão solene com diversos actos.

**Tuna Recreativa Tondelense.**—Hoje, baile dedicado aos sócios, abrihantado pelo grupo de bandolistas de Maria do Carmo.

**Concentração Musical 24 de Agosto.**—Hoje há baile, abrihantado a piano.

**Associação Anti-Alcoólica Operária**

Esta simpática e activa agremiação operária, cuja benéfica propaganda a própria imprensa burguesa tem justamente louvado, promove hoje, às 21 horas, na C. Combro, 38-A, 2.ª, uma sessão anti-alcoólica em que vários elementos operários discursarão contra as bebidas alcoólicas e combaterão o alcoolismo em geral, afim de criar uma forte corrente no meio dos trabalhadores, a qual possa contribuir para a destruição desse cancro social.

**PAZ ARMADA**

Renovada e actualizada

**Coliseu dos Recreios**

**HOJE — às 14 e 21 horas — HOJE**

2 — magníficos espectáculos — 2

Segunda apresentação da pantomima cómica

**QUINTA INFERNAL**

O rei da vertigem e do equilíbrio

**CARTHAGO**

Estreia do rei da audácia português

**DUART**

**NA ESPANHA NENHA**

Uma bomba sem consequências

MADRID, 2. — Às duas horas da madrugada rebentou uma bomba na Calle da Independência, junto dum fabrica de móveis de verga, sem ocasionar desgraças. — *Rádio*.

Ainda a morte de Dato

MADRID, 2. — O juiz especial encarregado do processo do assassinato do sr. Dato, entregou o processo ao juiz da primeira instância, visto ser este por onde corre o processo. — *Rádio*.

Promessas para os sem-trabalho

MADRID, 2. — No senado tratou-se da crise de trabalho na Catalunha, resolvendo-se enviar todos os esforços para minorar a situação dos operários da industria fabril. O ministro da fazenda prometeu providenciar. — *Rádio*.

**Prisão de comunistas**

ROMA, 2. — Foram presos hoje cerca de cem comunistas. — *Rádio*.

**Os acontecimentos de S. Tomé**

E' violada a correspondência

Segundo nos comunica o Partido Nacional Africano, a hora adiantada da madrugada, por informações telegráficas que recebeu foi apreendida e violada toda a correspondência para a metrópole, motivo porque aquele organismo nos significa o seu protesto contra esta nova arbitrariedade.

**O mosteiro da Batalha**

no «écra»

Os portugueses que não tiveram ocasião de ir à Batalha na consagração aos dois soldados desconhecidos, poderão ver aspectos do admirável mosteiro, na linda fita de Afonso Gaio, «O Condenado», que dentro de poucos dias será exibida num dos melhores salões de Lisboa.

**Trabalhadores:** Lêde e propagai A BATALHA

**La Burlandi**

A mais notável cancionista—A GRANDE VOZ

**BAIRROS SOCIAIS**

**Fornecimento de cal, pedra e areia**

Até às 12 horas do dia 11 do corrente, recebem-se na sede do Conselho de Administração dos Bairros Sociais (Rua do Arco do Cego, 54, 1.ª) propostas em carta fechada para o fornecimento de cal em pedra, areia do Pinhal e pedra de alvenaria, mole e rija.

**Fornecimento duma bascula**

Até às 12 horas do dia 20 do corrente, recebem-se na sede do mesmo Conselho propostas em carta fechada para o fornecimento duma bascula de força de 20.000 k. para pesagem de camião. As condições acham-se patentes todos os dias úteis das 11 às 17 horas nos Serviços Técnicos, do mesmo Conselho.

Pela Comissão Administrativa

António José Correa

**PURGAÇÕES**

Experimente v. Ex. a Agua niemá de Gross, se quer evitar a impotência e outras doenças. Se não se curar em 10 dias, reciba o dinheiro. Rua da Praça da Figueira, 50.

**A BATALHA** Vende-se em Oelras na casa do Sr. Joaquim

Pim entel.

**TINTURARIA**

Preto fixo e todas as cores, só na tinturaria Alcantarens, onde se tingem todas as qualidades de vestuário. Rua de Alcantara, 19.

**SAPATARIA**

**Marques Ferreira & Cia**

Calçado de luxo em todos os géneros pelos mais elegantes modelos, executa-se com toda a perfeição e solidos na Rua da Provisão, 141, tomando também conta de todos os consertos.

**Sapateiro**

Precisa-se oficial para concertos, Rua da Provisão, 141.

**Aos Ferroviários**

da Companhia Portuguesa Hipólito & Artur da Silva com alfaiataria na rua do Marechal Saldanha, 22 e 24, ao Calhariz, participam aos ex.ºs empregados que, sendo fornecedores da mesma companhia, esperam receber as suas estimáveis ordens, o que muito agradecem.

1905

16. ANIVERSÁRIO

DOS

1921

# Garndes Armzens do Chiado

AMANHÃ, SEGUNDA-FEIRA

Exposição das primeiras novidades de verão

Para comemorar o seu aniversário, serão expostos à venda, amanhã, segunda-feira e dias seguintes conjuntamente com as primeiras novidades de verão

**Saldos especiais com importantes abatimentos!**

CASSAS	PONGÉS	FLANELAS	PANOS	LÃS	CORTES	FATOS	BOTAS
brancas, bordadas, muito finas. Preço de grande réclame. Metro, desde 1.650	suíços, lindas cores da moda, muito brilhantes, qualidade especial. Preço de réclame. Metro, desde 2.950	estampadas, desenhos de grande efeito. Preço de réclame. Metro, desde 800	brancos estamparia, qualidades magnificas, grande sortido. Metro, desde 650	para vestidos, em cores lisas e às riscas, enorme sortido, preços de réclame. Metro, 4500 e 3500	de blusa, de tecido de lã de fantasia, grande sortido, preço de réclame, a 3.600	de lindos tecidos de grande efeito, padrões de novidade para rapaz, a 4.650!	de calf preto, muito resistentes, enorme sortido para homem, a 18.000
CASSAS	RISCADOS	PANOS	PATENTES	CORTES	CORTES	FATOS	SAPATOS
de fantasia, lindos padrões. Preços de réclame. Metro, desde 1.950	para camisas, lindos desenhos. Preço de réclame. Metro, desde 800	crus sem preparo, todas as larguras, grande sortido. Metro, desde 550	finos, acabamento inglês, sortido completo. Metro, desde 950	de vestidos em lã às riscas e em xadrez, grande largura, desde 15.000	de fato de bom cheviote, desenhos de grande efeito, variado sortido, para homem 3 metros 18.000	de belo, cheviote, género inglês, padrões de novidade, para homem, a 67.000!	de diversas qualidades e grande sortido para senhora, a 10.500!
<b>UM SALDO</b> de Colarinhos de diversos feitios e medidas para homem e rapaz. Resolvemos vender em 4 lotes, dos preços sensacionais de duzia, 3.000 2.400, 1.800 e 1.200							
<b>SAPATINHOS</b> de malha de lã de grande abafio para criança, a 50							
<b>PEUGAS</b> de algodão, com canhão, enorme sortido para criança, a 180							
<b>CAMISOLAS</b> de lã de grande abafio, para homem, a 4.250							
<b>CEROUHAS</b> de malha de lã, artigo de grande abafio para homem, a 1.950							
<b>CAMISAS</b> de cretone, lindos padrões para homem, a 5.500							
<b>CEROUHAS</b> de Zefir, a 3.250							
<b>MEIAS</b> bela qualidade para senhora 850, 700 e 600							
<b>MEIAS</b> de seda em cor, para senhora. Erem de 12.500. Vendem-se a 7.500							
<b>SUBSISTENCIAS</b> FEIJÃO mistura. Litro.. 280 FEIJÃO frade. Litro.. 300 FEIJÃO branco. Litro.. 400 FEIJÃO manteiga. Litro 500 GRAO de bico. Litro.. 360 ARROZ fina qualidade. Kilo.. 840 ATUM em azeite fino. Lata 900							

**HOJE**

Deslumbrante Exposição em todas as montras e vestibulos, das Primeiras Novidades de Verão

Visitem, pois, amanhã, segufeinda-ra, as importantes secções dos

**Grandes Armazens do Chiado**